

## **EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ATRAVÉS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE VINHOS NO BRASIL**

**Jorge Tonietto**

Pesquisador da Embrapa Uva e Vinho, e-mail: jorge.tonietto@embrapa.br

As indicações geográficas fazem parte da história de construção dos territórios do vinho e da valorização dos produtos nos países do Velho Mundo. Já nos países do Novo Mundo, que apresentam um foco histórico na produção de vinhos varietais, observa-se um crescente interesse nas indicações geográficas, com implicações sobre a organização da produção e valorização dos produtos de origem.

A produção de vinhos no Brasil tem a marca da tradicional região da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. Ela delinea os períodos evolutivos da produção nacional, em quatro ciclos: a) o primeiro período (1875-1920), de implantação da vitivinicultura, que se deu com base em vinhos de mesa elaborados a partir de uvas americanas; b) o segundo período (1930-1960), com a diversificação dos tipos de produtos, incluindo a produção a partir de variedades híbridas e de uvas europeias; c) o terceiro período (1970-1990), centrado na produção de vinhos finos varietais; e, d) o quarto período (anos 2000), que tem seus primórdios na década de 1990, no qual têm início a estruturação, reconhecimento e produção comercial de vinhos de indicações geográficas.

Atualmente existem seis indicações geográficas brasileiras reconhecidas de vinhos, sendo: na região da Serra Gaúcha, estado Rio Grande do Sul – a Denominação de Origem Vale dos Vinhedos, a Indicação de Procedência Pinto Bandeira, a Indicação de Procedência Altos Montes, a Indicação de Procedência Monte Belo e a Indicação de Procedência Farroupilha; e, no estado de Santa Catarina – a Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe. Além destas, estão em fase de estruturação a Indicação de Procedência Campanha (RS) e a Indicação de Procedência Vale do São Francisco (BA e PE). Ainda, outros projetos estão sendo articulados para a estruturação de novas indicações geográficas potenciais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Esta dinâmica tem apresentado demandas que estão evoluindo ao longo do tempo, na medida em que as regiões, tradicionais e novas, se desenvolvem e buscam perspectivas de organizar uma produção coletiva, com foco na qualidade associada à origem. Marcas coletivas também fazem parte desta nova realidade, valorizando a produção coletiva, como no caso dos espumantes finos de Garibaldi e dos Vinhos de Altitude de Santa Catarina.

O Brasil tem estruturado indicações geográficas de vinhos que não somente traduzem produtos de uma origem determinada com base na legislação nacional aplicável à produção de vinhos em todo o território nacional. Mais que isso, tanto para o caso da Indicação de Procedência como da Denominação de Origem, as indicações geográficas têm sido estruturadas a partir de um referencial estrito, através de Regulamentos de Uso que valorizam as originalidades de cada indicação geográfica, incluindo: área geográfica delimitada, variedades autorizadas, sistemas de produção e práticas associadas, produtividade limitada, padrões de qualidade da uva para vinificação, tipos de produtos autorizados, práticas enológicas, padrões diferenciais de qualidade físico-química e sensorial dos vinhos e o sistema de controle do cumprimento do Regulamento de Uso, entre outros. No caso das denominações de origem, os produtos atendem a qualidades e características oriundas do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e os fatores humanos.

Para o futuro há perspectivas de uma crescente organização da produção via indicações geográficas nos territórios do vinho do Brasil, com fortalecimento do conceito de *terroir* vitivinícola, conforme definição do termo no âmbito da OIV. Esta nova forma de organização da base produtiva está ligada às estratégias de desenvolvimento da qualidade da produção brasileira e ao fortalecimento da imagem do vinho nacional, visando aumentar a competitividade setorial dos produtos no mercado nacional e ampliando a visibilidade do Brasil vitivinícola no mercado internacional. Nesta perspectiva de valorização da produção de forma coletiva, os aspectos associados à cultura e ao patrimônio das regiões produtoras também ganham importância nos territórios do vinho.